



Sindicato dos Oficiais de Justiça

COMUNICADO

O SOJ reuniu no dia 30-09-2011 com a DGAJ, estando presente o Senhor Director Geral Dr. Lima Gonçalves. Foram discutidas, **entre outras**, as seguintes questões:

PROVISÓRIOS

Esta situação está a ser acompanhada pelo SOJ e a nossa posição é a seguinte: Os colegas que revelaram aptidão para o exercício de funções são nomeados definitivamente e, a sua remuneração corresponde à nomeação definitiva. Acontece que a DGAJ cuidou, no nosso entendimento, desnecessariamente, por solicitar um parecer a DGAEP, relativo à questão da remuneração. Assim, vamos de imediato questionar a DGAEP sobre este processo e defender a nossa posição, que é justa e respeita a legislação em vigor.

RECURSOS HUMANOS

O SOJ exige transparência na gestão dos recursos humanos. Sabemos que o Senhor Director Geral pugna também por esse objectivo, mas a verdade é que a DGAJ tem uma cultura de opacidade na gestão dos recursos humanos. O exemplo das novas Comarcas é elucidativo: A Comarca do Baixo Vouga é sistematicamente preterida e, os números de que dispomos assim o afirmam.

Sobre a questão dos movimentos e uma vez que se tornou publico que o mapa judiciário não vai avançar, há que decidir rapidamente pelo movimento extraordinário, permitindo assim, alguma adequação dos depauperados recursos humanos.

É importante referir, relativamente a este ponto, o seguinte: Todos sabem que faltam Oficiais de Justiça nos tribunais, mas não é da competência da DGAJ decidir a abertura de concursos para ingresso. Assim, pese embora esta questão tenha sido abordada e conte com o apoio da DGAJ, estamos na Negociação Geral Anual, que decorre no Ministério das Finanças e Administração Pública, integrado na FESAP, a **defender a abertura de um concurso para ingressos nas secretarias dos tribunais**.

A Senhora Ministra da Justiça já foi informada da posição do SOJ e da leitura que fizemos ao documento que enuncia os princípios para o OE para 2012. O documento **sustenta a abertura de ingressos** quando estiver em causa a prossecução do interesse público. **É o caso dos Tribunais**.

APOSENTAÇÕES

A CGA não tem enviado para publicação o nome dos Oficiais de Justiça que passaram à situação de aposentados. Da reunião ficou a garantia que a situação (que não tem prejudicado os que aguardam a aposentação, uma vez que têm sido “desligados” dos serviços) vai ser regularizada e deveu-se a opções de gestão orçamental. Não está, nem nunca esteve em causa (seria crime), a entrega das verbas descontadas sobre os vencimentos.

Sobre esta matéria não poderemos deixar de recordar que, por reivindicação do SOJ, estão a ser regularizados os pagamentos na mudança de escalão ocorrida em 2010 e que essa verba não estava cabimentada, criando algumas dificuldades, que temos acompanhado, com o sentido de responsabilidade que nos caracteriza.

FORMAÇÃO CONTÍNUA

O SOJ não pode deixar de expressar alguma preocupação pela situação em que se encontra o Centro de Formação. O Senhor Director Geral expôs-nos um quadro real de dificuldades, mas também a garantia que em breve teremos a formação *e-learning*. Esta é uma das nossas reivindicações mas entendemos necessária a formação presencial.

O SOJ entende as dificuldades que o país atravessa mas assumindo a sua responsabilidade, exige que sejam tomadas medidas de combate ao despesismo e, outras que garantam as condições de trabalho necessárias para que a Justiça possa dar respostas. Somos um Sindicato proactivo e reactivo que assume responsabilidades.

Lisboa, 2011-09-30